

## **37º. Encontro Anual da ANPOCS**

Águas de Lindóia-SP, 23-27 de outubro de 2013

**ST39 - Neodesenvolvimentismo e conflitos ambientais urbanos e rurais:  
disputas por espaço e recursos entre classes e grupos sociais**

### **Título do trabalho:**

A virtuosidade do progresso e outras 'histórias pra boi dormir': a  
pesca artesanal e os reflexos do desenvolvimentismo no ES

Autoras:  
Aline Trigueiro (DCSO/PGCS/UFES)  
Winifred Knox (DCSO/PGCS/UFES)

## Resumo

Este artigo busca investigar os rumos do desenvolvimentismo brasileiro frente às transformações socioambientais geradas nos modos de vida e trabalho das populações pesqueiras artesanais, sobretudo as transformações provindas da expansão dos grandes projetos de investimento localizados na região litorânea do estado do ES (extração de petróleo, gás e portos). Procura analisar essa nova fase neomodernizadora a partir da perspectiva dos próprios sujeitos impactados, dando destaque a como estes percebem, entendem e produzem suas explicações – e modos de resistência - a tais acontecimentos. Os dados expostos são frutos de pesquisa realizada em 2012 em nove localidades pesqueiras do estado, entre os municípios de Linhares a Anchieta. Foram feitas mobilizações *in loco* (em Colônias e Associações) com coleta de depoimentos, entrevistas e realização de oficinas de trabalho, reunindo lideranças e pescadores(as). Os resultados revelam um crescente reconhecimento, por parte dos pescadores, das alterações em curso na cultura pesqueira artesanal, e dão destaques para a negligência política e para a violação dos direitos sociais deste grupo, privado dos meios necessários à sua reprodução social.

*Palavras-chave: Desenvolvimentismo. Conflitos ambientais. Pesca. ES.*

## INTRODUÇÃO

Desde que a lógica econômica se tornou um *valor cultural* preponderante em nossa era, tendo como seu ápice a constituição de uma sociedade de consumo<sup>1</sup> (BAUMAN, 2008; BAUDRILLARD, 2008), somos induzidos a pensar os processos sociais como que centrados numa perspectiva mercadológica. Nesse cenário, práticas, hábitos sociais e mentais são investidos pelas dimensões do cálculo, do planejamento e do lucro, restando pouca visibilidade às esferas da sociocultura e do ambiente. É nesse contexto que algumas ideias-força passam a assumir caráter estruturante, tornado-se produtoras de sentido coletivo e estimulando ações e visões de mundo. Estamos nos referindo aqui às ideias-força do *progresso*, da *modernização* e do *desenvolvimento*.

É interessante refletir, ainda que brevemente, sobre as heranças que nos amarram a tais ideias e às suas estruturas lógicas. Lembremo-nos do modo como nos aventuramos a explicar as mudanças sociais que ganharam fôlego a partir do advento da modernidade e vamos observar o quanto já se delineava um tipo de explicação dicotômica da realidade: *artesanato x indústria; feudalismo x capitalismo; comunidade x sociedade; solidariedade mecânica x*

---

<sup>1</sup> Melhor mesmo seria falar: uma sociedade de consumistas.

*solidariedade orgânica; tradição x modernidade, etc.* Se observarmos de modo mais apurado veremos que não eram apontadas apenas distinções estruturais nessas elucidações, mas também um sentido interpretativo de mundo. Qual seja: o movimento histórico compreendido como uma seta ascendente, uma grande narrativa, na qual a humanidade seguiria em direção ao seu aperfeiçoamento.

Foram os filósofos dos séculos XVIII/XIX que melhor souberam traduzir essa perspectiva, tornando-a o pilar central dos ideais Iluministas: a conquista da liberdade e da emancipação dos jugos da tradição e da fé, tendo por bússola a razão. Nessa atmosfera, o sentido da história vai se tornando inexoravelmente atrelado às estruturas e ao desenvolvimento da própria sociedade industrial-capitalista, amparada pelos aportes do pensamento científico, da técnica e do domínio da natureza; estes, no seu conjunto, representativos de uma sociedade próspera e feliz.

Poucos ousaram atentar para o fato de que esse otimismo poderia retroceder em crises, conflitos e colapsos. Weber e Nietzsche não puderam fazer uma imediata frente ao que havia sido construído por Comte, Marx e Durkheim. E foi assim que a lógica do progresso, brandida no século XIX, desdobrou-se na lógica do desenvolvimento industrial, no modo de vida urbano e nos valores modernos (pensados em oposição à tradição). Um pouco mais tarde, já no século XX, a Sociologia iria contribuir mais uma vez para reforçar essa lógica, colocando no centro do debate a ideia (e as teorias) da modernização.

O que queremos apontar com essa breve digressão analítica é o fato de que tais ideias-força, às quais nos referimos na abertura desse texto, tiveram o seu solo avivado no próprio movimento de expansão da modernidade, mas não apenas isso. Queremos também apresentar a tese de que os expoentes da Sociologia (e o próprio campo instituído dessa disciplina), assim como os seus sucessores, foram importantes agentes na produção desse imaginário. Explicar a sociedade que se transformava supunha também validar certos processos sociais em detrimento de outros, eleger caminhos e definir padrões de comportamento, de

ação, de organização e formas de institucionalização, os quais, num exercício complexo de retroalimentação significativa, puderam se tornar parte das nossas próprias interpretações de mundo.

Se hoje essas ideias-força assumem um caráter de crença, de ideologia e de mito, como apontam alguns estudos (LINS RIBEIRO, 1991, 2008; DUPAS, 2006), devemos atribuir a nós, sociólogos, uma parcela dessa responsabilidade. Daí a importância de retomarmos esse debate de um modo efetivamente crítico, não mais acionando tais ideias como validações *a priori* dos processos de mudança social, mas antes as tratando como *valores* que merecem ser repensados e confrontados com os problemas socioambientais que estão gerando.

Dito isso, vamos nos remeter ao caso brasileiro, a nossa arena de investigação. Nesse caso, algumas perguntas são pertinentes: o que significa pensar o retorno dessas ideias-força (progresso, modernização e desenvolvimento) no contexto da sociedade brasileira? Que sentidos são agenciados e que novas ou antigas formas de revigorar esses *valores* estão sendo gestadas? Seria possível afirmar que o desenvolvimento em curso no Brasil é diferente daquele que norteou as políticas econômicas no passado<sup>2</sup>? Ou seria este uma nova roupagem do modelo antigo, um (neo)desenvolvimentismo?

## **DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO, CATEGORIAIS CENTRAIS NO DEBATE?**

Embora a chamada crise da modernidade (GIDDENS, 1991) e a propalada crise da *grand narrative* tenha há algum tempo nos obrigado a deslocar os nossos referenciais explicativos para além do dogmático campo econômico, exigindo-nos análises de cunho multicultural, pós-colonial, etc., os eventos políticos e as

---

<sup>2</sup> Eventos comprovados pelas políticas de nacionalização da exploração de recursos estratégicos, pacotes e investimentos em prol da substituição de importações, modernização via industrialização, captação de capital estrangeiro, urbanização, etc.

análises de conjuntura em países como o Brasil teimam em nos guiar de volta ao tema do desenvolvimento e a sua centralidade.

O que se observa no cenário político delineado na última década na América Latina é uma aposta no desenvolvimentismo e na modernização como saídas para o crescimento econômico. Svampa (2013) esclarece que esse retorno estaria atrelado a uma conjuntura de ‘reprimarização’ da economia, ou seja, uma política dirigida à exploração de matérias-primas: um modelo baseado no neoextrativismo e na produção de *commodities* para a exportação (mineração, petróleo e gás, *agrobusiness*, construção de portos, etc.).

Alguém poderia perguntar: que mal há em querer se acelerar o desenvolvimento econômico optando por ações modernizadoras? A resposta acena para os perigos que emergem dessa associação: recairmos mais uma vez nas velhas perspectivas evolucionistas e lineares da história, já propaladas nas clássicas teorias da modernização (BLACK, 1971; EISENSTADT, 1969). Outro risco latente é o fato de tais ações se manterem alheia aos “problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade [e] da cultura” (MORIN e KERN, 1995).

Diante dessa destacada preeminência do econômico frente às outras esferas de sentido da realidade social, tem-se emergido alguns movimentos de crítica. Na América Latina há estudos que mostram as mobilizações sociais contra essa dinâmica vertical das políticas desenvolvimentistas e modernizadoras. Protestos contra a expropriação das populações nativas (também chamadas de originárias ou tradicionais: indígenas, comunidades rurais, pesqueiras, etc.) dos seus territórios, são cada vez mais comuns. Há, inclusive, algumas comunidades que se manifestam contra tal política assumindo a bandeira do ‘não’, se opondo diretamente às formas neocoloniais de desenvolvimento e de gestão<sup>3</sup> (MISOCZKY e BÖHM, 2013).

---

<sup>3</sup> São as chamadas comunidades argentinas do NÃO, que se opõem a presença das grandes corporações mineradoras em seus territórios.

Retornando ao caso brasileiro, o que se vê hoje como materialização dessa lógica identificada por Svampa (2013) são os investimentos econômicos também concentrados nos chamados grandes empreendimentos (petróleo, gás, mineração, portos, etc.), os quais têm produzido severos danos sociais e ambientais, e gerado algumas mobilizações por parte de grupos e comunidade tradicionais. No Brasil, podemos dizer que a retomada dessa lógica desenvolvimentista nos últimos anos está se tornando um valor representativo da cultura política nacional.

Em termos específicos, sabemos que a conjuntura econômica do país encontra-se bastante favorável a retomada desse sentido. De fato, somos um país em expansão, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 2000, quando entramos num novo ciclo econômico de transnacionalização da produção e também de protagonismo da economia local (POCHAMNN, 2009). Um momento em que não apenas a esfera federal, mas diferentes governos estaduais/municipais começaram a promover mudanças político-institucionais em suas agendas a fim de se adequarem às exigências do mercado internacional. Dentre eles, o estado do Espírito Santo, o nosso lócus de investigação.

Desta feita, o que buscamos problematizar neste artigo são os (des)caminhos, ou seja, as ambivalências geradas por essa política neodesenvolvimentista. Interessa-nos saber como alguns grupos sociais estão sendo impactados nas suas formas de reprodução socioeconômicas. Para tanto, a análise empírica do trabalho se concentra na atividade pesqueira artesanal litorânea no ES.

Como embasamento analítico nos inspiramos nas reflexões de Alier (2007) e na sua discussão acerca do *ecologismo dos pobres*. Interessa-nos entender as formas de mobilização de grupos subalternizados em defesa de seus espaços de vida e trabalho, e observar os seus engajamentos práticos e simbólicos em torno da luta por formas de representação/apreensão de mundo, tanto quanto pelos usos dos recursos materiais/ambientais que os circundam.

## **DELINEANDO O CENÁRIO DA PESQUISA**

*— Tá faltando colocar na lista da extinção o pescador. (...) eu tenho até vergonha de falar isso, na entrevista (...).*

A frase acima, proferida por um pescador do município de Vila Velha-ES, dá o tom da situação enfrentada por aqueles que se dedicam à pesca artesanal, hoje, no Espírito Santo. Alvo de inúmeros impactos, este ofício vem sendo paulatinamente privado dos meios necessários à sua reprodução social, sobretudo pelo decréscimo dos estoques pesqueiros e pelo encolhimento das áreas disponíveis para a pesca.

O que se observa, na análise desse cenário, é o crescente embate entre a expansão da fronteira econômica e as diferentes formas de valoração socioambiental. Ou ainda, entre um projeto político modernizador e os diferentes modos de vida que, durante uma longa data, mantiveram-se distantes da lógica do cálculo monetário.

No ES, esse embate está associado aos vultosos investimentos na instalação/expansão de grandes projetos de infraestrutura – petróleo, gás e portos – ao longo da faixa costeira do estado. Ao todo são mais de 25 pontos de impactos, entre portos e terminais (em funcionamento, em licenciamento e em fase de projeto), que estão promovendo amplas áreas de exclusão de pesca, seja por conta da instalação das grandes plataformas para extração de petróleo, ou por conta dos estudos sísmicos para a prospecção desse combustível fóssil. Ainda merecem destaque os danos ambientais, tais como o assoreamento dos rios e riachos (os diques e as alterações de curso) e a contaminação do ambiente marinho e estuarino, por conta dos resíduos e efluentes industriais.

Para além dos problemas supracitados, são significativos, ainda, os impactos provenientes da pesca industrial (predatória), a chamada pesca de grande escala executada pelas chamadas traineiras, que comporta recursos tecnológicos de última geração, como sonares e GPS's, e cuja capacidade de

captura ultrapassa em toneladas o volume normalmente pescado pelo pequeno pescador.

É esse o contexto com o qual nos defrontamos durante a pesquisa de campo realizada no ano de 2012. O estudo foi feito em algumas vilas pesqueiras ao longo do litoral do ES. Mais especificamente atuamos em nove localidades pesqueiras entre os municípios de Linhares a Anchieta: Regência Augusta; Barra do Riacho; Manguinhos e Lagoa do Juara; Ilha das Caieiras, Praia do Canto e Praia do Suá; Praia de Itapoã; Parati/Ubu. A pesquisa teve como objetivo geral fazer um mapeamento das condições de vida e de trabalho dos pescadores artesanais capixabas, frente as já mencionadas alterações no espaço costeiro. Dentre os objetivos específicos: buscou-se ouvir dos pescadores os seus relatos sobre esses processos de mudança (identificação dos principais problemas e suas causas) e avaliar as suas formas de reconhecimento e de resistência a tais transformações, além de estimular a organização comunitária em torno de seus direitos sociais.

Como método de coleta de dados foram realizadas mobilizações *in loco* em cada uma das localidades, inicialmente, por meio de entrevistas com roteiros semi-estruturados, quando coletamos depoimentos de pescadores(as) e de lideranças formais e informais. O registro foi feito por meio de gravador e de câmera filmadora. Em seguida, foram realizadas oficinas de trabalho, as quais reuniram pescadores(as) e lideranças da pesca refletindo juntos sobre os problemas da pesca. Estas oficinas foram realizadas nas Associações de Pesca e/ou de Moradores, nas Colônias ou em suas adjacências<sup>4</sup>.

## **O DESENVOLVIMENTISMO NO ES**

É importante esclarecer que o comprometimento com esse tipo de desenvolvimento que privilegia o grande capital não é uma novidade no ES. Foi

---

<sup>4</sup> Foi produzido, ainda, como resultado do trabalho, um vídeo-documentário: Tradições à deriva – pesca artesanal e desenvolvimento no ES.



a partir da segunda metade do século XX que o estado passou a atrair para o seu território grandes plantas industriais, dando início a sua política modernizadora. Naquela época o objetivo era a substituição de um modelo agrário-exportador, baseado na produção de café, para uma economia baseada nos grandes projetos de infraestrutura e na comercialização de *commodities*. Foi nesse período que vários empreendimentos industriais foram instalados no litoral do estado, com destaques para: o complexo siderúrgico; o complexo naval; o complexo paraquímico e o complexo portuário (SIQUEIRA, 2010).

A configuração dessa economia voltada para a comercialização de *commodities* (minério, mármore e granito, celulose, e nos últimos anos, petróleo e gás), impulsionou uma série de alterações espaciais ao longo da costa do estado, ao mesmo tempo em que gerou conflitos sociais em torno das disputas pelo direito ao uso dos recursos naturais. Joan Martinez Alier (2007) nominou tais conflitos como *distributivos*, pois que são caracterizados pela defesa, por parte de povos originários, de seus territórios e de seus modos de vida<sup>5</sup>.

Esse cenário se intensifica no momento em que as arenas política e institucional passam a se vincular diretamente aos processos de transnacionalização da economia, ou seja, quando ocorre a definitiva entrada do ES na dinâmica do mercado global, entre fins dos anos 90 e início de 2000.

Passadas duas décadas de instabilidade no campo político-institucional, entre os anos 80 e 90 (ZORZAL e SILVA, 2010), se viu emergir no estado uma espécie de 'pacto' entre governo e empresariado local, permitindo a este último se constituir como um importante agente propulsor da mudança no estado. A ONG *Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação*, criada em 2003, esteve à frente desse programa, auxiliando, inclusive, na formulação das políticas públicas de desenvolvimento (RAINHA, 2012).

---

<sup>5</sup> No ES há casos já reconhecidos de grupos que ergueram e ainda erguem as suas bandeiras de luta contra os grandes empreendimentos e seus modos de expropriação. A luta dos índios e quilombolas no norte do ES contra a Fibria (antiga Aracruz Celulose), por exemplo, é emblemática nesse sentido.

O documento *Espírito Santo 2025* (ou ES 2025), elaborado em 2006, pela referida ONG, descreve as rotas e as estratégias pelas quais o almejado desenvolvimento econômico deveria ser buscado e concretizado.

Assim, até 2025 **as commodities devem permanecer como os principais componentes da pauta de exportação capixaba**, reforçando outro traço marcante da economia estadual que tende a crescer nas próximas duas décadas: a **importância do comércio exterior para o desenvolvimento econômico**. (...) o estado não deve perder sua característica de **importante pólo de exportação e importação**, considerando-se a logística já implantada, a localização geográfica estratégica, os conhecimentos adquiridos e o capital humano formado (ES 2025, 2006, p. 41, grifos do documento).

Como se observa, esse documento não assinala um grande interesse para os impactos socioambientais e os riscos derivados dessa política desenvolvimentista. sequer é abordada a existência de populações vivendo nas imediações desses *lugares de desenvolvimento*. Em uma passagem do documento é dito apenas que: “À medida que aumentam os riscos de acidentes com o crescimento da exploração, **a consciência ambiental na sociedade deve crescer e ampliar as pressões sobre o setor público** em relação à regulação, fiscalização e concessão de licenciamento ambiental” (Idem, p.48, grifos do documento).

Logo conseguimos identificar o quanto essa política modernizadora em curso no ES está conseguindo agenciar aquelas ideias-forças que mencionamos na parte inicial desse artigo. Os riscos disso continuam sendo a invisibilização dos modos de vida daqueles grupos cujas formas de solidariedade e as fontes de coesão sociais são permeadas por uma relação menos utilitarista com a natureza, e cujos processos de trabalho resguardam um tipo de saber construído coletivamente ao longo das gerações.

Na sequência, vamos investir nossos esforços na análise de como essas populações pesqueiras estão vivenciando e percebendo tais processos. Buscaremos relatar as suas percepções acerca das alterações produzidas no

seu cotidiano de trabalho, como estão se mobilizando, e avaliar o modo como seus direitos sociais estão sendo negligenciados.

## OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E SUAS PERCEPÇÕES SOCIAIS

Por conta do que analisamos acima, muitas alterações já estão sendo claramente percebidas no cotidiano da atividade pesqueira. São vários os relatos que apontam para os impactos socioambientais e para as formas sociais de percepção dos mesmos entre os(as) pescadores(as). Na sequência, apresentamos uma breve sistematização de alguns temas tratados durante as oficinas realizadas em 2012. No quadro, constam as descrições dos próprios pescadores sobre os problemas enfrentados.

<b>Causas</b>	<b>Problemas</b>
1-Grandes empreendimentos: - Portos (construção e expansão dos portos, incluindo dragagem de mar e rios; circulação de grandes navios); - Petróleo e gás (incluindo plataformas e estudos sísmicos).	- Pesqueiros tradicionais onde hoje não se pode mais pescar; - Diminuição do número de pescadores (os pescadores estão indo trabalhar em outras áreas - não tem pescador para trabalhar – mas o número de barco aumentou); - Não participação na proposta-planejamento dos projetos de desenvolvimento e infraestrutura. - Prejuízo com o material de trabalho (abalroamento com grandes navios); - Falta do pescado (por conta das: atividades portuárias, atividades da Petrobras).
2- Pesca industrial (grande capacidade de pesca das traineiras).	- Os pesqueiros atuais estão acabando todos - desaparecendo; - Aumento do custo e do tempo para pescar e atender suas necessidades (necessidade de barcos maiores). - Falta do peixe (pescaria desordenada das traineiras; pesca industrial que não respeita o defeso).
3- Impactos socioambientais (poluição dos mangues, assoreamento dos rios, resíduos metálicos jogados ao mar pelos navios cargueiros, etc.)	- Perda de material de trabalho devido a outras embarcações maiores (resíduos metálicos jogados pelos grandes navios nos pesqueiros). - Falta do pescado (poluição, lixo jogado na água); - Represamento de rio pelas grandes empresas – assoreamento; - Poluição por dejetos industriais.

Figura 1 – Sistematização dos principais problemas e suas causas que impactam a pesca artesanal. Relato dos próprios pescadores.

Outros temas, além dos expostos acima, foram proferidos durante as oficinas, tais como: a) a estrutura da legislação ambiental e os problemas referentes ao

defeso, à fiscalização e concessão de licenças de pesca; b) a política pública pesqueira deficiente (que não valoriza a pesca artesanal) e c) a baixa capacidade de associativismo (de organização comunitária do grupo).

Nota-se, na análise dos temas elencados pelos pescadores uma capacidade de mapear com clareza os principais problemas que circundam a atividade, assim como habilidade para produzir encadeamentos significativos na definição de suas causas. Alguns depoimentos merecem destaque nessa ação, vamos iniciar destacando um evento ocorrido em Barra do Riacho, vila pesqueira localizada no município de Aracruz.

Depois de mais de quarenta dias sem conseguir sair para pescar no mar, por conta do assoreamento da foz do rio Riacho (chamado por eles de boca da Barra), os pescadores - reunidos a partir da Associação de Pescadores da Barra do Riacho (ASPEBR) - fecharam o Portocel, porto especializado no embarque de celulose, de propriedade conjunta da Fibria (antiga Aracruz Celulose) e da Cenibra .

Contaram eles durante a entrevista:

Liderança: Não, pescador ficava até quarenta dias sem sair pra pescar, por quê? Porque a boca da Barra fechava, né? Então o pessoal vai sair como, se ali é o canal que o pescador usa pra sair pro mar, né? Então ficava, as autoridades ninguém se condoía da situação, todo mundo tranquilo, tá todo mundo com a comida em casa tá esquecendo que o pescador vive daquilo pra comer, então logo que nós assumimos uma das coisas que nós verificamos foi isso, essa sacanagem que as empresas e o próprio governo faz com o pescador, então nós reunimos e resolvemos fechar justamente o causador, a Fibria, no caso a Portocel, aí nos reunimos o pescador fechamos...

Entrevistador: quantos pescadores participaram?

Liderança: Mais de duzentos, até trezentos porque aí vem todo mundo, vem mulher, filho, vem todo mundo né? Então nos fechamos a primeira vez, aí agora imediatamente arranjaram a máquina pra abrir. Meus Deus, eu tenho retrato aqui que mostra pescadorzinho com a enxada, isso é sacanagem... por que?, porque não consegue abrir. Então imediatamente apareceu a máquina, abriu a boca da Barra. Um mês depois fechou novamente, e tá, prefeito não arruma nada, fomos novamente, fechamos novamente, aí ficamos com mais força lá dentro, só vamos sair daqui com documento firmado da Associação com o governo do estado ou municipal e a Fibria, e a Portocel, aí fechamos. Então arrumaram a máquina novamente pra abrir e um documento

dizendo que toda vez que fechasse a prefeitura ia abrir, e realmente nesses dois anos funcionou, só agora que a gente tá com um probleminha, saída do governo (...) mas mesmo assim a Fíbria tá mandando abrir a boca da barra.

Também no município de Vitória a situação não é muito diferente. As atividades do Porto de Tubarão estão comprometendo principalmente os antigos pescadores (locais privilegiados em quantidade de cardumes). O relato de uma liderança da pesca é bastante significativo:

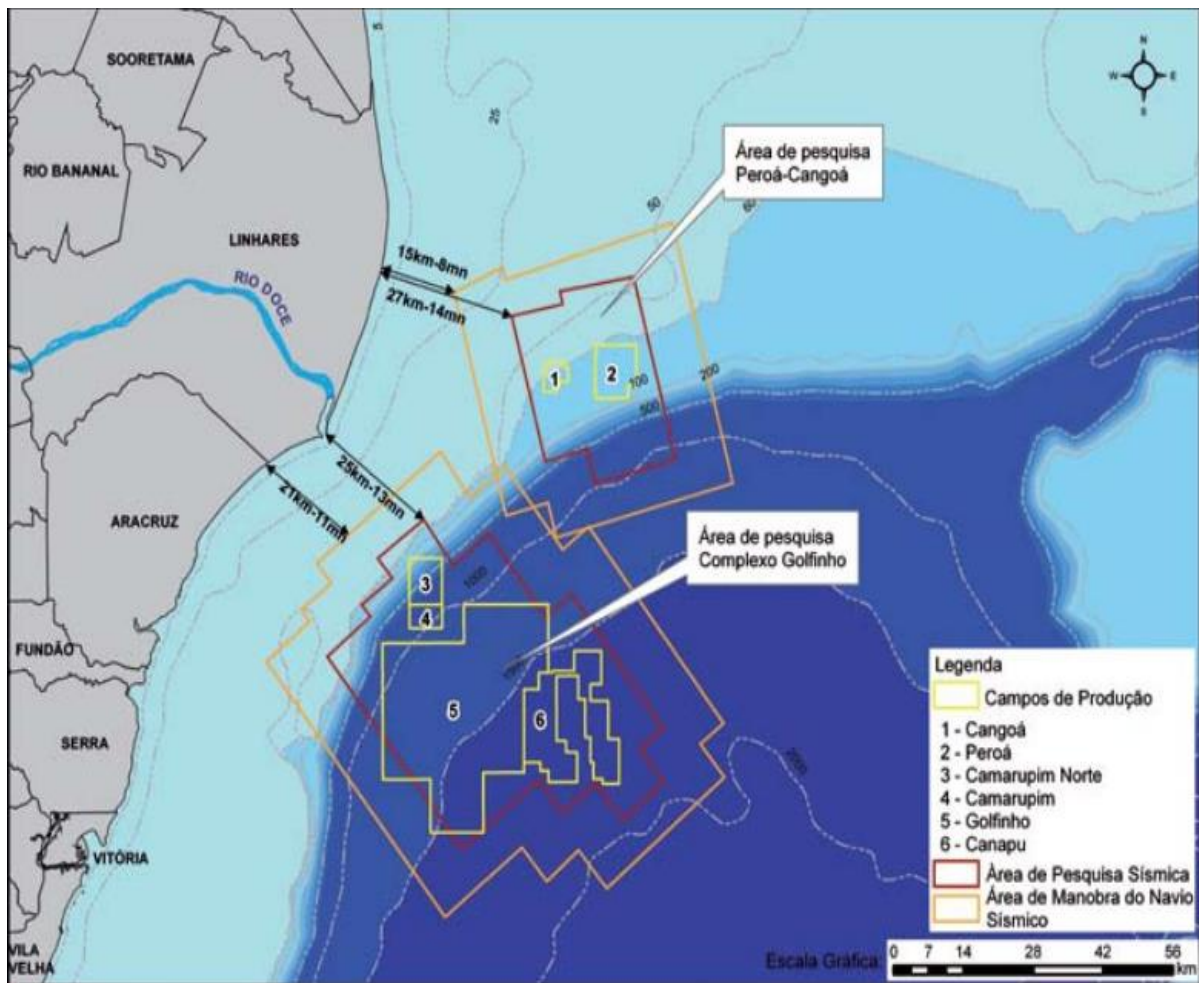
Liderança: Aqui no [Porto de] Tubarão mesmo, é... nosso pescador é no Tubarão né, nós tamos sofrendo porque tem uma draga ali que ela tá passando em cima do nosso pescador, por que tá abrindo o canal na Baía de Vitória, ela tá abrindo de ponta a ponta, então nossas pescaria passava por ali né, então ela tá passando por cima tá quebrando todo o fundo, então nossa, era o melhor pescador nosso né, agora nem *tamo* pescando mais, tem dois anos que a draga tá ali por cima e depois que ela for embora demora mais dois anos pra recuperação desse terreno. É muito difícil aí o pescador tem que procurar outro lugar pra pescar, entendeu, (...) isso até já foi denunciado no IBAMA e o IEMA por que eles tão pegando a lama toda ali do fundo e tão, sabe que primeiro tem que ter uma pessoa do IEMA dentro, é obrigatório né, mas não tem ninguém então de noite mesmo eles pega na Baía de Vitória e quando chega aqui na frente eles joga tudo fora, é quando chega lá no lugar onde tem que jogar ele já tá fazendo curva pra voltar. (...) Isso aqui os pescadores tem reclamado comigo direto (...) jogando lama em cima dos pescador, atrapalhando a coisa todinha, lama é aquele troço né, puxa tudo, é pneu, é ferro, tudo vem junto dele, puxa tudo, pedra, vai jogando pelo pescador do pescador, o pessoal reclamou comigo essa semana (...).

Quando cruzamos esses relatos dos pescadores com o mapa da expansão dos portos no ES, identificamos o potencial de agravamento desse quadro, por conta da extensão e do número de empreendimentos previstos para serem instalados na faixa litorânea do estado (Mapa 1).



Mapa 1 – Mapa situação dos portos ES (Frente parlamentar ambientalista do ES).

Se por um lado a atividade portuária aparece como um grande agente de impacto à pesca artesanal, a prospecção de petróleo – campo de produção das grandes plataformas – e as pesquisas sísmicas, não ficam atrás. No ES os municípios entre Linhares (Norte do estado) e Itapemirim (Sul do estado) serão diretamente impactados, sobretudo pelas áreas de exclusão de pesca, conforme mostra a Foto 1 (mais a frente) e o Mapa 2, abaixo.



Mapa 2: Localização das áreas onde será realizada [estão sendo] as pesquisas sísmicas (Fonte RIMA, 2010)<sup>6</sup>.

O mapa 2 apresenta as duas áreas já delimitadas no norte do estado – Peroá-Cangoá e Complexo de Golfinhos – para a realização de pesquisas sísmicas. Vê-se que a área limitada à pesca refere-se não apenas aos campos de produção (área em amarelo), mas também à área de manobra do navio sísmico, em laranja no mapa. Segundo relatos dos pescadores, esses navios não “respeitam ninguém, passam atropelando tudo o que veem”. Por conta disso são apelidados de “chupa cabras”.

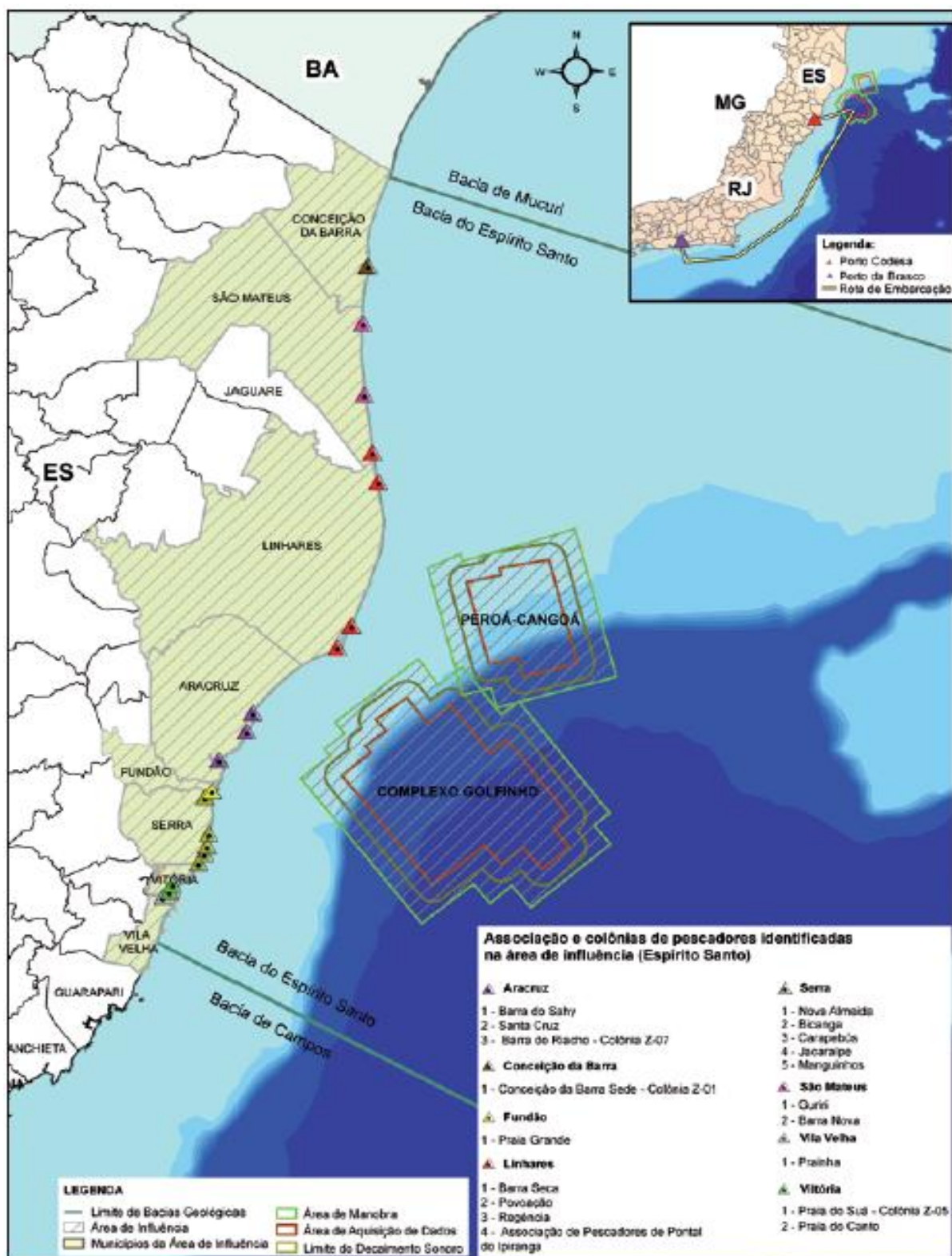
<sup>6</sup><http://licenciamento.ibama.gov.br/Petroleo/Pesquisa%20S%EDsmica%20Mar%EDtima%204D,%20exclusivos%20nas%20E1reas%20dos%20campos%20de%20Golfinho,%20Canapu,%20Camarupim,%20Camarupim%20Norte,%20Cango%20e%20Pero%20e%20na%20Bacia%20do%20Esp%EDrito%20Santo/Rima%20Atividade%20S%EDsmica%204D%20REV%2002.pdf#page=14&zoom=146,0,842>

Em Barra do Riacho, Regência e Anchieta, diferentes localidades pesqueiras, os relatos são substantivos quanto aos impactos promovidos pelas atividades de extração de petróleo.

(...) a Petrobras, *nas reunião* da Petrobras eu sempre falo que, Petrobras pra mim é o terror do mar do pescador. Petrobras, por quê? Não na produção, mas no seu estudo que faz pra descobrir o petróleo, que é o estudo sísmico. As vezes eles tão comentando, aí discuti até com o pessoal da CEPEMAR, aí chamei ele de doido, maluco, por que ele diz que o pescador, ele tá matando baleia com rede. Rapaz cê tá ficando doido, como que uma rede de pescadinha, de curvina, vai matar uma baleia, mesmo de cação vai matar uma baleia? Você tá esquecendo do estudo sísmico com um “chupa cabra” daquele; é um navio com cem *metro*, com mil... é cinco a seis mil metros de comprimento com duzentos metros de largura cada cabo emitindo a sonorização através de vácuo, chegando a uma profundidade de cem ou cinquenta *metro* ou quarenta *metro*, pra depois ter o retorno na placa pra saber o resultado se tem petróleo ou não. Ele tem que emitir uma sonorização forte, a baleia só tem *tamaim*, a mente dela é miúda cara, a mente dela é frágil, eles são o peixe, é peixe, num é pelo tamanho, cê vai vê que ele aguenta o impacto não, eu tô falando isso na prática, as vez possa até discutir na teoria, mas na prática eu falo isso (...) Aí o cara vem e diz que *nois* pescadores que *tamo* matando baleia. Entendeu? (pescador).

Por estar em uma área de circulação de pesca, a área reservada à exploração sísmica vai alterar também outras colônias e associações de pescadores ao longo da costa do ES, conforme mostra o Mapa 3 abaixo. A especificidade dessa atividade sísmica é que, para obter dados mais precisos sobre a geologia da região em questão, no caso a presença de fontes de combustível fóssil, são propagadas ondas sísmicas (vibrações) na superfície da área a ser mapeada por meio da ajuda do navio sísmico, de todo um aparato tecnológico e de cálculos geofísicos. O que se sabe é que não há, ainda, estudos conclusivos sobre as consequências desse tipo de ação sobre a biodiversidade marinha. Entretanto, ainda não se cogita evocar os princípios da precaução e da justiça ambiental quando se está em questão a extração de petróleo e gás.





Mapa 3: Localização das áreas onde serão realizadas [estão sendo] as pesquisas sísmicas (Fonte RIMA, 2010).

Durante a pesquisa realizada, em visita à Associação de Pesca de Nova Almeida (localizada no município da Serra), ouvimos relatos que reforçam os

impactos causados pela política energética brasileira baseada na prospecção/extração de combustíveis fósseis. O presidente da Associação nos conduziu até um mural onde havia sido afixado um cartaz informando da atividade de perfuração marítima e de suas zonas de segurança. Neste mapa, observa-se que a área de influência (diga-se, de exclusão de pesca) alcançará até o município de Itapemirim, mais ao Norte do ES.



Foto 1 – Atividade de Perfuração Marítima da Petrobras.

Essa expansão das fronteiras do petróleo e gás no ES - assim como da atividade portuária - evidencia o modo como a política neodesenvolvimentista brasileira está ganhando forma nos espaços locais, nas agendas de governos estaduais e municipais. Não somente estão sendo impactados os recursos naturais e a diversidade biológica (a chamada biodiversidade), mas todo um cotidiano social: práticas culturais, processos de trabalho e valores (ou seja, também a sociodiversidade).

Os impactos socioambientais apontam para a negligência política com relação aos direitos sociais e humanos desses grupos pesqueiros. Direitos ao uso dos seus espaços de pesca, mapeados desde longa data pelas relações estabelecidas com o mar e seus recursos, assim como o direito a manutenção de seus modos de vida e de seu saber naturalísticos.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A esta altura do artigo, caminhamos para algumas considerações conclusivas. O que intentamos fazer, ao dar destaques os depoimentos já apresentados, foi lê-los como instrumentos preciosos de percepção socioambiental, não no sentido de um ecologismo preservacionista ou ecoeficiente (ALIER, 2007), mas no sentido de um ecologismo popular, que se expressa nas múltiplas relações que os grupos humanos são capazes de travar com a natureza e seus recursos, e como estão dispostos a defendê-los.

Nesse trabalho, consideramos as observações e análises proferidas pelos pescadores sobre os impactos que estão vivenciando - todas as dificuldades que estão enfrentando para manter os seus modos de vida - como um processo, ainda que embrionário, de luta por justiça ambiental. O cenário já delineado ao longo desse artigo pode ser considerado como parte dessa arena na qual interagem, ainda que com diferentes graus de protagonismo, agentes modernizadores (os grandes empreendimentos) e os grupos que protestam e resistem contra os impactos socioambientais em seus territórios e lugares de trabalho (embora nem cheguem a se autodenominar *ecologistas*).

Nesse sentido, arriscamos afirmar que uma *cultura da percepção dos riscos* está emergindo entre os pescadores no ES. Um tipo de cultura que pode ser pensada como um conhecimento e uma percepção das ameaças que circundam a própria vida total do grupo e que envolve uma reflexão acerca da sua relação com o ambiente e com os outros grupos (e agentes) com os quais devem interagir. Exatamente por conta disso o campo de luta por justiça ambiental torna-se um território importante a ser desbravado nesse cenário, dentre as suas

questões centrais, está o direito desse grupo às condições dignas de vida e trabalho, à sua organização social e à valorização de sua cultura.

Em suma, a pesquisa realizada junto aos pescadores buscou revelar as agruras e as formas de resistências desses grupos frente aos processos modernizadores em expansão no ES. Intencionamos tornar público, a partir da fala desses sujeitos, o modo como tem se configurado o campo do desenvolvimento (LINS RIBEIRO, 2008) nesse estado e, como o chamado ciclo virtuoso do progresso, evocado enquanto uma ideia-força pelos agentes modernizadores, jamais foi capaz de produzir benefícios a essa população, constituindo antes em falácia, em 'conversa pra boi dormir'.

## **BIBLIOGRAFIA**

ACSELRAD, Henri. (2010), Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa, Portugal: Ed. 70, 2008.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BLACK, C. E. **Dinâmicas da modernização**. Rio de Janeiro: APEC Ed., 1971.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

EISENSTADT, S. N. **Modernização: protesto e mudança**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1969.

FREITAS NETO, R., DI BENEDITTO, A. P. M. Diversidade da pesca artesanal marinha no espírito Santo. **Revista Biotemas**, 20(2), junho, 2007.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HANNIGAN, John A. **Sociologia Ambiental – A formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

INVESTIMENTOS ANUNCIADOS PARA O ESPÍRITO SANTO 2010-2015. VITÓRIA, ES, 2011.

LEITE LOPES, J. S. (Coord.). **A ambientalização dos conflitos sociais – Participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MISOCZKY, M. C e S. BÖHM. Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andalgá contra projetos megamineiros. **Cad. EBAPE.BR**, v. 11, nº 2, artigo 6, Rio de Janeiro, Jun. 2013

MORIN, E. KERN, A. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

POCHMANN, M. **Qual desenvolvimento?** São Paulo: Plublisher, 2009.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 34, p. 59-101, 1991.

\_\_\_\_\_. Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento. **Revista Novos Estudos**, no. 80, Março 2008.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESPÍRITO SANTO 2025. Cenários exploratórios para o Espírito Santo no horizonte 2006-2025. Espírito Santo: Macroplan, v. 5, 2006.

RAINHA, Jamila. Articulação de interesses entre setor privado e poder público: o *Movimento empresarial Espírito Santo em Ação* e o governo do estado do Espírito Santo. Dissertação de mestrado. PGCS/UFES, 2012.

SVAMPA, M. “Consenso de lós *commodities*” y lenguajes de valoración en América Latina. Revista **Nueva Sociedad**, No. 244, marzo-abril de 2013.

SIQUEIRA, M. P. S. **Industrialização e empobrecimento urbano – o caso da grande Vitória, 1950-1980**. Vitória: Ed. Grafitusa, 2010.

SZTOMPKA, Piotr (2005). **A Sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ZORZAL, M. Trajetória político- institucional recente no ES. In: **Instituto dos Santos Neves**. O Espírito Santo: Instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, ES, 2010.